

# TRAUMA E REPRESSÃO EM *OLGA E ELZA, A GAROTA*

## TRAUMA AND REPRESSION IN *OLGA AND ELZA, A GAROTA*

Alexandre Nell Schmidtke<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, estudaremos o modo como a morte de Elvira Cupello Calônio é apresentada em duas obras, a biografia *Olga*, de Fernando Morais, e o romance/documentário *Elza, a Garota*, de Sérgio Rodrigues, e as possibilidades de haver aí um evento traumático na história brasileira, reprimido por algumas décadas. Trata-se da execução de Elvira pelo Partido Comunista no Brasil, na qual Luís Carlos Prestes, até então herói nacional, teria participado ao definir a pena a ser executada. Os estudos de Jan Assmann e Dominick La Capra nos ajudam a pensar o modo como esses acontecimentos traumáticos são reprimidos, silenciados, e vêm à tona em diversas manifestações culturais, nesse caso, nas biografias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura. Narrativa. Biografia. Memória cultural.

### 1. Introdução

Certos acontecimentos históricos provocam reações nem sempre previsíveis. Um assassinato violento, uma delação, uma traição por vezes são esquecidos ou sua importância é diminuída diante de outros fatos, de modo que sua inserção no discurso histórico seja insignificante. Por exemplo, a morte de Elza (Elvira Cupello Calônio), cuja condenação foi definida por Luís Carlos Prestes, é um caso que, após algumas investigações, foi dado por resolvido e a partir daí ficou aparentemente esquecido.

A biografia *Olga*, de Fernando Morais, e o romance-documentário *Elza, a garota*, de Sérgio Rodrigues, abordam sob dois ângulos bastante distintos esse acontecimento histórico. Neste trabalho, perguntamo-nos até que ponto o discurso desses dois autores (e mesmo o discurso histórico) não é permeado por questões traumáticas, que de alguma forma são reprimidas, mas chegam até os dias de hoje por indícios nem sempre muito claros.

Esse é também assunto do livro *Religião y memoria cultural*, no qual Jan Assmann analisa o modo como alguns fatos históricos permanecem vivos mesmo passados séculos, milênios. Detendo-se no estudo das culturas antigas, principalmente a egípcia, o autor nos mostra como a memória dessas culturas é criada através dos ritos, dos símbolos, da escrita que, mesmo após longo período em aparente esquecimento, ou de repressão, se fazem presentes, por exemplo, no mundo contemporâneo ocidental. Então, será que é possível

---

<sup>1</sup> Mestrando em Literatura Brasileira na UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: alexandrenell@hotmail.com  
*Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.

encontrar na recente história brasileira marcas que remetem a eventos traumáticos reprimidos coletivamente e que vêm à tona com as obras aqui estudadas?

Antes de abordar as obras de Fernando Morais e de Sérgio Rodrigues, vale retomar alguns conceitos elaborados por Assmann e La Capra a fim de melhor compreendermos como a memória cultural é desenvolvida nas sociedades contemporâneas.

## 2.1. Memória cultural, segundo Jan Assmann

Talvez o fenômeno que melhor exemplifique o modo como acontecimentos passados têm sua memória guardada até nossos dias seja a predominância monoteísta na cultura ocidental. Uma das explicações para o surgimento de tantas religiões monoteístas está calcada na idéia de uma memória traumática dividida socialmente que se revela nos fenômenos culturais.

Para Assmann, a história do monoteísmo está diretamente relacionada aos conceitos de trauma e culpa desenvolvidos por Freud em *Moisés e o monoteísmo* (1939). Sua divergência, no entanto, se dá quanto ao método de Freud, para quem trauma, culpa e memória pertencem à evolução profunda do homem. Assmann defende que esses temas “actúan en forma explícita y a ras de la superficie en los archivos de la historia e de la religión y sus documentos” (ASSMANN, 2008, p. 70). Assim, em vez de ver no monoteísmo uma representação de culpa inconsciente, Assmann interpreta-o como um traço cultural presente ao longo do tempo, cujo entendimento requer atenção ao que passa muitas vezes despercebido.

Ao explicar o argumento de Freud sobre a origem de o monoteísmo estar diretamente relacionada com a trajetória de Moisés, Assmann diz:

Moisés era un egipcio, un prosélito de Akenatón, el rey hereje, que hacia el año 1350 a.e.c. suprimió en Egipto la religión e instauró en su lugar el culto monoteísta a Atón, el dios de la luz y el sol. Freud retrotrae el monoteísmo de Akenatón hasta la idea de la hegemonía mundial de los faraones, que Akenatón habría transformado en la religión del dios único y hegemónico de la luz y el sol (ASSMANN, 2008, p. 72).

Ainda seguindo o argumento de Freud, a hegemonia mundial dos faraós e a implementação do monoteísmo por Akenatón era a representação, a retomada de um fato reprimido na história da humanidade, que ficou em um “prolongado período de latência” até que foi expresso novamente, qual seja, o assassinato do pai, do chefe da tribo, que exercia sua “tiranía sin límites y amenazaba a sus hijos con la muerte o la castración, si es que osaban rivalizar

con él frente a las hembras” (ASSMANN, 2008, p. 72). O totemismo surge quando não há mais o assassinato do pai. Em seu lugar, é deificado o “animal totêmico”, que é devorado após os ritos.

A partir de entonces, matar se consideró un pecado porque recordaba el pecado original, el asesinato de padre primordial. El recuerdo de esa muerte fue reprimido y se convirtió en un fuerte sentimiento de culpa, que impuso a la religión totémica todo tipo de medidas de seguridad y miedos, como tabúes, limitaciones, abstenciones, hostigamientos y crueles sacrificios, etc. El más importante de estos tabúes, el del incesto, impedía conflictos internos al grupo motivados sexualmente. En una fase posterior del desarrollo histórico, la divinidad representada por el animal totémico se humanizó y multiplicó, en el lugar del totemismo apareció el politeísmo, y la estructura originaria de la religión del padre primordial se desfiguró por completo (ASSMANN, 2008, p. 73).

Segundo Freud, o mesmo se deu com Moisés, que por ter se negado a voltar à antiga religião, foi para a Palestina com os judeus, “a quienes transmitió la religión monoteísta. Con el tiempo, sin embargo, los judíos demostraron no estar a la altura de las duras condiciones del monoteísmo abstracto, mataron Moisés, y a continuación ocultaran el crimen” (ASSMANN, 2008, p. 72). Assim, o monoteísmo de Moisés seria o retorno do assassinato do “pai primordial”, que permanecera um longo tempo esquecido, em um período de “latência”. Para Assmann, esse é o lado paradoxal do argumento de Freud, isto é, para que a memória de Moisés permanecesse viva, foi necessário um assassinato violento, gerador do trauma.

Assmann discorda do argumento de Freud e propõe outra tese para explicar a relação de Moisés com Akenatón e o surgimento do monoteísmo. Para ele, é possível ver no Deuteronomio os elementos presentes na cultura ocidental ao perguntar, por exemplo, “¿Cómo ha vivido La humanidad con estos textos? ¿Cómo han dado cuerpo y forma? ¿Qué conflictos han codificado y generado?” (ASSMANN, 2008, p. 86). Essas questões partem do ponto de vista de que o texto bíblico tem uma trajetória de formação cultural, o que é fácil de identificar na história da igreja católica por exemplo. Ou seja, Assmann está reconhecendo que a figura de Moisés é definidora de diversos traços culturais contemporâneos; logo, se Moisés e Akenatón possuem estreita ligação, também o é o faraó egípcio.

O modo como Assmann vê a presença de Akenatón na figura de Moisés difere bastante da tese de Freud: “Lo que Freud saca a la luz y pone en escena como develamiento no es la verdad histórica, sino que son artefactos teóricos superfluos. La verdad está contenida en los textos mismos, que nos habla de memoria, recuerdo, olvido, represión, trauma y culpa” (ASSMANN, 2008, p. 76). Um fator importante que ficou excluído da argumentação de Freud foi o tema da memória nos textos bíblicos. Segundo Assmann (2008, p. 77-78), o *Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.

Deuterônômio está organizado a partir do discurso de despedida de Moisés antes de entrar na Terra Prometida. Havia o risco de o povo não lembrar o sofrimento por que passou antes de lá chegar. Assim, a recordação tem um caráter extraterritorial, que estaria intrinsecamente relacionado “con el carácter ultraterrenal de la revelación” (p. 78), de modo que o povo deveria manter não as leis da nova terra, mas as do Monte Sinai. “Se trata de un recuerdo contrafáctico y contrapresencial, que hace que uno viva en este mundo sin sentirse en él completamente en casa; no es un recuerdo que arraigue, sino que desarraiga” (p. 78). Por esse motivo, a lembrança das novas leis estaria em perigo, já que a revelação vai contra uma tendência natural de crença, como no caso da religião totêmica (p. 79).

Além disso, também estão presentes na bíblia o trauma e a repressão principalmente na forma do “esquecimento culposo”, isto é, o esquecimento das leis antigas na nova terra, que, segundo o Deuterônômio, deve ser punido rigorosamente. Para Assmann, o primeiro e o segundo mandamentos “introducen una nueva diferenciación en la religión, por completo ajena a todas las otras religiones tradicionales: la diferenciación entre ‘verdadero’ y ‘falso’. Con esta diferenciación aparece en el mundo un nuevo concepto de culpa también de trauma” (ASSMANN, 2008, p. 80). A falta mais grave é a adoração de outras divindades, agora tidas como falsas, heréticas. Logo, o conceito antigo de divindade (como Freud o elabora, por exemplo) é esquecido em detrimento de um deus verdadeiro. Assmann ressalta que “el hombre no se libera tan fácilmente de los dioses que han sido declarados fetiches falsos, pues esos dioses tienen la ventaja y la fuerza de seducción de la evidencia natural de que carece la verdad revelada” (ASSMANN, 2008, p. 81). Essa dificuldade de crer em um deus imposto pela revelação, a diferença entre verdadeiro e falso (a “distinção mosaica de que fala Assmann), gera o pecado na medida em que estabelece a possibilidade de ceder “a las tentaciones de los dioses falsos” (ASSMANN, 2008, p. 83).

Finalmente, a relação entre Akenatón e Moisés para Jan Assmann é de perfeita complementação. Ele não tem dúvidas de que Akenatón existiu de fato, porém, sua memória foi reprimida. Após longo período de latência (conforme a tese de Freud), surge a figura de Moisés, que se confunde com a do faraó egípcio. Ambas “crecieron juntas en Egipto a lo largo de la historia de la memoria y la represión del trauma monoteísta” (ASSMANN, 2008, p. 84). Assim, passados alguns séculos, a memória de Akenatón permaneceu (e, segundo o raciocínio de Assmann, permanece) viva até que fosse resgatada na imagem de Moisés.

De certa forma, esta questão é importante para nos perguntarmos até que ponto alguns acontecimentos têm ou não relação com traumas coletivos reprimidos e de que forma eles

permanecem vivos. A história do Brasil é repleta de fatos violentos que são pouco estudados, pouco referidos. A escravidão, por exemplo, é um assunto que começou a ser estudado a sério a partir das décadas de 1960 e 1970, ou seja, após quatro séculos de barbárie e milhões de mortos só agora é possível lidar com esse trauma de forma conscientemente crítica. As conseqüências desses estudos são cotidianas: discussões sobre cotas em universidades e cargos públicos, marginalização das periferias urbanas, regularização e assistência a comunidades quilombolas, etc.

## **2.2. O retorno do reprimido, segundo Dominick La Capra**

Também Dominick La Capra estuda o modo como os traumas de uma coletividade reaparecem de outras maneiras após longos períodos de latência. O capítulo seis do livro *Representar el Holocausto* trata, entre outras coisas, dos problemas sobre a representação de acontecimentos historicamente reprimidos.

O autor enfatiza alguns aspectos da ideologia nazista que mantêm uma estrutura semelhante com elementos religiosos, principalmente cristãos. Para que isso aconteça, é preciso que haja a secularização de dados religiosos, que são reprimidos e elaborados de outra maneira. Para La Capra,

la ideología nazi puede con algunas razones ser interpretada como una religión secular con un mensaje redentor para el grupo de los creyentes comprometidos (o incluso probables creyentes) y un componente sacrificial drásticamente desordenado y desublimado, que implica la búsqueda de chivos expiatorios y su victimización, en el tratamiento de algunos otros oprimidos como elementos impuros o contaminantes del cuerpo político (LA CAPRA, 2008, p. 185-186).

Dessa forma, o nazismo seria em parte o retorno de uma repressão religiosa. Para o autor, a vitimização e a busca por alguém que expie a culpa estão relacionadas com a história do cristianismo na medida em que a “atenuación de la mediación ritual de la Reforma y la Contrarreforma” sublimou ainda mais “el sacrificio y lo sagrado inmanente”, já anteriormente reprimidos. Dessa forma, após crises econômicas e sociais, “podría haber una propensión a que lo reprimido retorne en formas disimuladas o distorsionadas, particularmente en un movimiento como el nazismo” (LA CAPRA, 2008, p. 185).

Apesar de estabelecer essa relação, o autor alerta para o fato de não ser tão óbvia quanto pode parecer a utilização de categorias psicanalíticas para a interpretação de fenômenos culturais. Isso se torna possível porque os conceitos psicanalíticos estabelecem

*Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.

“una ruptura de la oposición binaria entre lo individual y la sociedad dado que estos conceptos se aplican a individuos sociales cuya individuación relativa o status colectivo resultan un problema para la investigación y el análisis” (LA CAPRA, 2008, p. 187). Ou seja, levando em conta que o indivíduo se constitui também socialmente, é viável que eventos políticos, culturais e sociais sejam importantes para sua formação. “Y obviamente hay acontecimientos que tienen un impacto diferencial en distintos grupos, tal como procesos colectivos de interacción, reforzamiento mutuo y censura que producen represión, negación o elusión en la respuesta a tales acontecimientos” (LA CAPRA, 2008, p. 187-188).

Para finalizar (mas de maneira alguma esgotar o texto de La Capra), o autor refere-se também à escrita historiográfica, que nos interessa especialmente para o caso das biografias. Para ele, a historiografia tem um papel de desvelamento dos deslocamentos (como o caso do deslocamento do religioso para o secular mencionado anteriormente) para recuperar “lo que ha sido reprimido o ignorado”, a fim de estabelecer “una distancia crítica con la experiencia y un punto de partida a una acción responsable” (LA CAPRA, 2008, p. 189).

### **3. *Olga e Elza, a Garota***

A biografia *Olga* obteve grande sucesso junto ao público ao longo dos mais de vinte anos de sua publicação. Sem dúvidas, um dos fatores que contribuem para esse êxito é a excelente técnica narrativa de que Fernando Morais lança mão para contar a vida de Olga. Podemos dizer que o autor ficcionaliza diversas passagens do texto, o que acaba por acarretar um ritmo de leitura muito fluente. Por outro lado, isso instaura algumas dúvidas quanto à veracidade dos fatos narrados, ou pelo menos expõe sua parcialidade.

Já o romance *Elza, a Garota* apresenta uma estrutura dividida em ficção e documentário, esta última a parte que nos interessa neste trabalho. Sérgio Rodrigues nos mostra o quanto o assassinato de Elvira Cupello Calônio, conhecida como Elza Fernandes, é coberto de controvérsias. Mesmo diante dos poucos documentos disponíveis para a elucidação do caso, parece haver uma certeza: quem dera a ordem para a execução de Elvira fora Luís Carlos Prestes. Então, nos perguntamos, se é possível encontrar na maneira como as duas obras são narradas vestígios traumáticos, principalmente quanto à repressão do caso Elza.

Há alguns pontos de interseção nessas duas histórias, aparentemente traumáticos sob pelo menos dois aspectos: a ideologia do Partido Comunista no Brasil (PCB), que lutava pelos direitos do povo, é a responsável por um assassinato brutal de uma pessoa inocente (segundo dados que Rodrigues nos apresenta); Prestes, o herói nacional, julga Elvira traidora e define *Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.

sua pena, a morte. Ou seja, se de um lado o governo estava envolvido em uma literal caça aos comunistas, com a tortura como prática comum para a obtenção de informações, o PC não hesitou em eliminar uma pessoa que foi apresentada como traidora, isto é, valeu-se da mesma prática de violência a que estava submetido.

Já a história de Olga é marcada pelos seus gestos heróicos. Fernando Morais detém-se em diversos exemplos em que a coragem e a determinação fizeram com que a futura esposa de Prestes ganhasse cada vez mais a confiança dos dirigentes do PC na Europa, até se tornar uma das cabeças do partido. Do mesmo modo, Prestes é visto como o herói da Coluna Prestes, sem que sua imagem sofra maiores danos mesmo nos casos mais contraditórios.

O problema que aqui se impõe é da ordem dos eventos históricos traumáticos, ou pelo menos, dá alguns argumentos para que o questionemos nesse sentido. Dito de outra maneira, é possível que o texto de Morais trabalhe com a elaboração<sup>2</sup> de um acontecimento reprimido ao longo de algumas décadas? O assassinato de Elvira foi traumático para a esquerda brasileira, de modo que o fato fosse reprimido? Será que esse acontecimento tem conseqüências na imagem da esquerda brasileira de um modo geral?

Antes de prosseguir, vale analisar um trecho em que o episódio do assassinato de Elvira é narrado em *Olga*. Esse trecho está em um capítulo intitulado “A polícia suicida Barron”, dedicado à morte do americano Victor Barron, cujo motivo dado pelo governo brasileiro foi de suicídio, mas que os dados indicam para uma execução, prática freqüente dos governos ditatoriais. Ainda antes de tratar da morte de Elvira, é narrada a qualificação de Prestes, ocorrida poucos dias após sua prisão. Prestes aparece aqui com a aura do herói, a mesma que carrega ao longo da narrativa. Nesse trecho, Morais ressalta o modo como ele se negou a dar qualquer resposta sobre a Intentona Comunista e a organização do PCB. As informações sobre Elvira aparecem quando Morais cita um trecho de um auto de apreensão referente à prisão de Prestes. Entre os objetos encontrados, estava um bilhete de Prestes aos homens que mantinham Elvira em uma casa no subúrbio carioca. Morais cita a seguinte passagem desse bilhete:

Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado da classe revolucionária. [...] Já formulei minha opinião a respeito do que precisamos fazer. Por que modificar a decisão a respeito da Garota? Há ou não há traição por parte dela? (MORAIS, 1994, p. 138).

---

<sup>2</sup> Segundo La Capra, o conceito de elaboração diz respeito a um processo “de duelo para intentar, por más cuestionador y paralizador que resulte, especificar los objetos que lo asedian y darles un entierro ‘adecuado’ (aunque sea de modo simbólico)” (LA CAPRA, 2008, p. 208).

*Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.

Elvira era acusada de traição pela cúpula do PCB. Ela vivia com Miranda (Antônio Maciel Bonfim), o então dirigente do PCB, sobre quem há diversos depoimentos em que é acusado de traição. Quanto a Elvira, sua personalidade era tão dúbia que era tida como ingênua, doente mental, traidora, como o reconhece Moraes:

Nunca ficaria muito claro se Elvira era apenas uma desequilibrada mental ou como concluiu a cúpula comunista, uma traidora que havia se passado para o lado da polícia. Para muitas das presas da Casa de Detenção, onde ela foi recolhida, tratava-se apenas de uma adolescente do interior, deslumbrada com o Rio de Janeiro e a notoriedade alcançada pelo fato de ser mulher do mais importante dirigente do Partido Comunista (MORAIS, 1994, p. 137).

Mesmo que seja impossível julgar quem foi o maior culpado pelo assassinato de Elvira (se é que isso seja relevante), o bilhete de Prestes indica que sua opinião era favorável à execução. Isso significa que o maior herói da Coluna Prestes e o representante do comunismo no Brasil estava envolvido em um julgamento cuja condenação fora brutalmente executada. No entanto, a seqüência do capítulo se apresenta de forma no mínimo curiosa com a seguinte frase:

Se a suspeita de que Elvira tivesse sido morta provocou sensação na imprensa brasileira, francamente governista, a morte do americano Victor Barron foi aceita pelos jornais do Rio e de São Paulo sem que se questionasse uma sílaba sequer da versão policial que o dava como suicida (MORAIS, 1994, p. 139).

É como se o movimento da narrativa sugerisse uma espécie de compensação, já que o caso de Elza Fernandes é brevemente tratado em um capítulo dedicado ao provável assassinato de Victor Barron. Ou seja, se colocarmos os dois assassinatos lado a lado, qual o mais injusto? A resposta óbvia seria os dois. Entretanto, a estrutura do capítulo, o contexto em que Elvira é citada sugere um tanto de descaso quanto à sua história.

Retomando o argumento, percebemos que em *Olga* o modo como um episódio fundamental para a história do PCB é abordado deixa lacunas significativas do ponto de vista histórico, ou seja, a imagem de Luís Carlos Prestes fica resguardada independentemente do quanto contribuíra para a morte de Elvira. Sendo ele culpado ou não, alguns fatores se impõem para que esse acontecimento fosse propositalmente esquecido. Dentre esses fatores, está o uso que o próprio governo Vargas fez do caso Elza para enfraquecer não só a imagem de Prestes como da própria ideologia comunista, de modo que julgá-lo culpado seria compartilhar da mesma opinião que a ditadura Vargas. Esse é mais um elemento que entra na *Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.



conta da complexa figura de Prestes, já que tanto considerá-lo herói, como um completo vilão, parece reduzir não só sua importância na história brasileira como também a maneira de compreendê-la.

Se Fernando Morais trata a personagem Prestes de modo raso, Sérgio Rodrigues dedica à morte de Elvira maior distanciamento analítico. Podemos dizer que Rodrigues questiona os acontecimentos justamente onde Morais havia sido superficial. Por exemplo, em *Olga*, o nome Elvira Cupello Calônio tem somente seis entradas no índice onomástico, sendo sua história contada em apenas duas páginas. Nas demais, seu nome é relacionado com o de seu companheiro, Antônio Maciel Bonfim, o Miranda, ou seja, Elvira é vista na maioria das (poucas) vezes como a esposa do grande traidor do partido.

A parte de documentário do romance *Elza, a garota* tenta esmiuçar, na medida do possível, as dúvidas que pairam sobre a morte de Elvira Cupello Calônio<sup>3</sup>. A fim de notar como o autor explicita detalhes excluídos por Fernando Morais em *Olga*, vale analisar como Luís Carlos Prestes é tratado em *Elza, a Garota*.

Sérgio Rodrigues, que investe justamente naquilo que parece ser traumático no assunto:

Custei um pouco a entender minha obsessão por tirar a limpo a cor que tinham os cabelos de Elza no dia de sua prisão. Isso não teria pouca importância, afinal? Acabei concluindo que não. O que me incomodava naquela “Elza loura” era a sugestão de vale-tudo que ela instaurava em torno da personagem e sua história, como uma metonímia da indeterminação eterna à qual aquela moça reduzida pelas toneladas de discurso interessado – anticomunista – e de silêncio igualmente interessado – pró-comunista – que lhe despejaram em cima (RODRIGUES, 2009, p. 29).

O autor retoma um acontecimento importante demais para ter sido “esquecido” por tanto tempo. É difícil dizer o que motivou esse esquecimento. Em *Olga*, o fato de a protagonista ter um final trágico em um campo de concentração nazista acaba por atenuar a execução de Elvira. Da mesma forma, a perseguição a Prestes por Filinto Müller, chefe de polícia que nada devia aos torturadores nazistas, ressalta sua condição de vítima de um governo ditatorial impiedoso. Assim, “O discurso interessado”, ao qual Rodrigues se refere, parece não ter ultrapassado o período de resolução do caso, isto é, o início da década de 1940, quando Prestes fora julgado pelo crime. Ou seja, a morte de Elvira deixou de ser motivo de

---

<sup>3</sup> Não nos deteremos na parte ficcional da obra por acreditarmos não contribuir para a reflexão que aqui propomos, já que o enredo é protagonizado principalmente por um escritor cuja tarefa é escrever os relatos do irmão de um ex-integrante do PC. A personagem Elza é minimamente explorada ao longo da parte ficcional do romance.

*Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.

propaganda anticomunista após o Estado Novo, de modo que fosse tratado, quando muito, como mais um crime de guerra (RODRIGUES, 2009, p. 29-30).

A imagem de Luís Carlos Prestes é julgada em um episódio comum nas duas obras aqui tratadas. Sérgio Rodrigues apresenta a mensagem que Prestes enviou para os homens que estavam com Elvira na casa em que ela seria assassinada. Vimos que Fernando Morais cita um pequeno trecho do bilhete de Prestes reconhecendo que coube a ele indicar a decisão a ser tomada. Temos, então, o mesmo fato visto por dois autores com intenções diversas. Para Rodrigues, Prestes tem uma parcela de culpa maior justamente por recriminar aqueles que hesitaram em tomar a decisão. Além disso, em *Elza, a garota*, alguns bilhetes das discussões sobre a possível traição de Elvira são transcritos, o que acaba por aumentar ainda mais a complexidade quanto à representação de Luís Carlos Prestes. Em um dos bilhetes, em resposta às vacilações dos carcereiros de Elvira, o líder do PCB diz:

[...] Mas supondo que os bilhetes são realmente do punho do Miranda (estou convencido do contrário, como explicarei abaixo), como chegar às conclusões de vocês? Por que modificar a decisão a respeito da Garota? Que tem a ver uma coisa com a outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido, como elemento inteiramente a serviço do adversário, conhecedor de muita coisa e testemunha única contra um grande número de companheiros e simpatizantes?

[...] Por isso não compreendo as vacilações de vocês. O Secretariado Nacional é soberano e suas decisões não devem ficar à “espera da opinião de vocês, que deve ser definitiva” como diz o Martins em sua carta. *Uma tal linguagem não é digna dos chefes do nosso Partido, por que é linguagem dos medrosos, incapazes de uma decisão, temerosos ante a responsabilidade. Ou bem vocês concordam com as medidas extremas, e neste caso já as deviam ter resolutamente posto em prática, ou então discordam e deveriam, portanto, defender corajosamente a opinião própria, não se deixando influenciar por ninguém* (RODRIGUES, 2009, p. 170-171) (grifo nosso).

A resposta de Bangu a Prestes deixa claro a decisão tomada:

[...] O fato de combinarmos mais uma vez com vocês e pedirmos a solução definitiva não significa que, se vocês não estivessem aqui, nós não tomaríamos uma resolução enérgica. Mas aproveitando toda a experiência que vocês têm, queremos resolver as coisas bem pesadas e medidas, *uma vez que há tempo para isto. Agora, não tenha cuidado que a coisa será feita direitinho, pois a questão de sentimentalismo não existe por aqui.* Acima de tudo colocamos os interesses do Partido. [...]

Continue a escrever e a nos ajudar. Mas desfaça essa impressão má que você teve da direção atual, pois esta é a que tem agüentado todos os repuxo de vários anos de formação e desenvolvimento do Partido e que está disposta a levar avante sua tarefa por cima de todos os obstáculos. (RODRIGUES, 2009, p. 172) (grifo nosso).

O argumento de Sérgio Rodrigues é de que Prestes foi o maior incentivador da execução de Elvira e que os então dirigentes acataram sua decisão muito devido ao jogo político interno. Vê-se no trecho do bilhete que parecer um “sentimental” diante de um herói nacional não era o que pretendia Bangu. A contradição evidente é que Prestes estava utilizando o mesmo recurso que a polícia de Filinto Müller, no entanto, “a favor do povo”. Rodrigues investe naquilo que Moraes deixara de lado como, por exemplo, a responsabilidade de Prestes ao tomar decisões menos heróicas, a subserviência dos integrantes do PCB ao líder. Esses são atos que normalmente não entram na conta de uma personagem como Luís Carlos Prestes, ainda mais quando sua imagem permanece associada principalmente à Coluna, mas que aqui merecem uma atenção maior. Percebe-se, então, que Sérgio Rodrigues escreve com a biografia *Olga* em seu horizonte, questionando os dados que Moraes dá como verdadeiros.

#### 4. Considerações finais

A primeira edição de *Olga* foi publicada em 1984, ou seja, em um período em que a esquerda tinha grande importância e participação na vida política brasileira, principalmente quanto à contestação do governo ditatorial. Investir contra a esquerda em um momento como esse (mesmo que no caso Elza o que está em jogo não é a ideologia comunista) talvez não fosse o objetivo de Moraes, de modo que a história do julgamento e execução de Elvira ficasse esquecida (ou fosse reprimida) por tratar-se de um acontecimento traumático. Seria preciso maior distanciamento não só de tempo, mas também ideológico, para que o caso fosse visto sem o antagonismo bem *versus* mal, o que, aliás, garante forte caráter romanesco à *Olga*. Jorge Amado, em *O cavaleiro da esperança* apresenta um ponto de vista semelhante. Escrito em 1942, isto é, dois anos após o julgamento de Prestes e ainda em pleno Estado Novo, esta biografia idealizada preserva a imagem do herói romântico tão ao gosto de seu autor.

Nelson Rodrigues é um exemplo de um autor que consegue ter um discernimento sobre o jogo ideológico de sua época e que pagou um preço alto por se posicionar politicamente. Sendo contra a famosa “esquerda festiva”, Nelson, em suas críticas ácidas ao comportamento principalmente dos jovens, acaba por diminuir o importante papel que eles cumpriam ao se posicionarem contra a ditadura militar, pondo suas próprias vidas em risco. Ao ridicularizar, em *A cabra vadia*, por exemplo, a figura do padre de passeata, ou da grã-fina leitora das orelhas de Marcuse, a juventude que resolve sentar durante a passeata dos cem mil, Nelson não estava necessariamente aderindo ao governo militar. Porém, em um momento político de polarização extrema, é compreensível que seus comentários fossem tomados por *Revista Literatura em Debate*, v. 4, *Dossiê Especial*, p. 27-39, jan., 2010. Recebido em 25 out.; aceito em 8 nov.

direitistas, o que, no entanto, visto de quarenta anos depois, percebemos não ser exatamente correta essa afirmação.

Sérgio Rodrigues retoma a história de Elza Fernandes em um momento, 2009, em que a discussão política passa longe da tensão entre esquerda e direita e em que o comunismo soa como algo já ultrapassado muito devido a acontecimentos contemporâneos que minimizam seu papel: a saída de Fidel Castro do poder e um princípio de abertura política em Cuba; o governo totalitário Chinês; a aproximação entre a direita e a esquerda na política brasileira, cujo protagonista é o Partido dos Trabalhadores, antiga promessa de transformação social. Ou seja, só é possível que Rodrigues defenda seus argumentos após a plena instauração da democracia e a diluição da antítese capitalista/comunista. Não seria demais dizer que o leitor considera esses argumentos friamente devido ao horizonte ideológico que se impõe. Quer dizer, o olhar de Sérgio Rodrigues sobre o caso Elza não é ingênuo ao defender uma opinião oposta à de Fernando Morais. Seu texto se aproxima daquilo que La Capra (2008, p.189) dissera sobre o papel da historiografia, qual seja, tentar elaborar criticamente a matéria reprimida, tanto no que diz respeito aos deslocamentos religiosos (o argumento principal do texto de La Capra aqui abordado), quanto à outra motivação histórica qualquer.

As obras aqui consideradas parecem dialogar com alguns desses fatos que, ao longo dos últimos setenta anos, foram abordados apenas parcialmente (no amplo sentido do termo). De certa forma, a questão que La Capra levanta é válida como uma ressalva sobre uma visão trivial e reducionista dos estudos sobre memória cultural, retorno do reprimido, etc. Assim, perguntar “hasta qué punto ciertos fenómenos socioculturales modernos pueden considerarse como un retorno de lo que había sido históricamente reprimido” (LA CAPRA, 2008, p.183) é reconhecer também a complexidade dos problemas sugeridos neste estudo, bem como a possibilidade de outras abordagens. De acordo com o que diz La Capra, “a veces las cosas parecen ocurrir como si lo reprimido retornara bajo una forma disimulada y distorsionada, y que esa construcción hipotética puede correlacionarse con diferentes visiones de la temporalidad o del propio movimiento de la historia” (LA CAPRA, 2008, p.183). Em estudos mais aprofundados, Jan Assmann nos mostra como acontecimentos ocorridos há muitos anos se fazem presentes na atualidade. Ao se deter principalmente na figura de Moisés e no surgimento do monoteísmo, que seriam a retomada, independentemente de tempo e espaço, de Akenatón, faraó egípcio esquecido durante séculos, Assmann nos instiga a pensar o modo como as questões tratadas por Rodrigues e Morais se fazem presentes atualmente, além, é claro, de seus próprios textos. De qualquer forma, é nessas duas narrativas que surge a

discussão sobre um caso (entre vários outros possíveis, como a morte de Victor Barron, por exemplo) que ainda hoje nos faz pensar.

**ABSTRACT:** In this article we will study the way Elvira Cupello Calônio's death is presented in two books, the biography *Olga*, by Fernando Morais, and the novel/documentary *Elza, a Garota*, by Sérgio Rodrigues, and the possibilities that here we may find a traumatic event in Brazilian's history, repressed for some decades. I refer to Elviras's execution by the Communist Party in Brazil in which Luís Carlos Prestes, considered a national hero, would have participated defining the punishment to be carried out. The studies by Jan Assmann and Dominick La Capra help us understand the way these traumatic events are repressed, silenced, and emerge from different cultural manifestations, in this case, from biographies.

**KEYWORDS:** Literature. Narrative. Biography. Cultural memory.

### Referências

ASSMANN, Jan. Monoteísmo, memoria y trauma. Reflexiones acerca del Moisés de Freud. In: \_\_\_\_\_. *Religión y memoria cultural*. Trad. Marcelo G. Burello y Karen Saban. Buenos Aires: Lilmod, Libros de la Araucaria, 2008.

LA CAPRA, Dominick. El retorno de lo históricamente reprimido. In: \_\_\_\_\_. *Representar el Holocausto*. Historia, teoría y trauma. Trad. Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RODRIGUES, Sérgio. *Elza, a garota: a história da jovem comunista que o Partido matou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.